Tempo & Argumento
e-ISSN 2175-1803

(De)colonialidade e a tradição negra radical no Brasil: um diálogo possível?

Danilla Aguiar
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, PB – BRASIL
lattes.cnpq.br/9220956362393869
jorissa.danilla@academico.ufpb.br
orcid.org/0000-0003-4996-0275

http://dx.doi.org/10.5965/2175180317452025e0101

Recebido: 26/02/2025
Aprovado: 04/06/2025

/tempoeargumento
@tempoeargumento
@tempoeargumento

Editores Responsáveis (Convidados):

Cláudia Mortari
Universidade do Estado de Santa Catarina
orcid.org/0000-0001-8006-006X

Marcello Felisberto Morais de Assunção
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
orcid.org/0000-0001-6978-6564

Nelson Maldonado-Torres
University of Connecticut-Storrs
orcid.org/0000-0001-7738-7029

BY-NC-ND

UDESC UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA | FAED Centro de Ciências Humanas e da Educação | PPGH Programa de Pós-Graduação em História

(De)colonialidade e a tradição negra radical no Brasil: um diálogo possível?[1]

Resumo
As particulares formações sociais da América Latina apresentam diferenças e semelhanças no processo de racialização de grupos subalternizados, sejam indígenas, negros ou não-brancos. Esses fenômenos de classificação social baseados na ideia de *raça*, em sociedades colonizadas, foram teorizados por diversos intelectuais do subcontinente, sejam ligados à militância de esquerda, aos movimentos sociais e às epistemologias decoloniais. Analisam-se as possibilidades inferenciais entre os conceitos de *Colonialidade do Poder*, de Aníbal Quijano, e as elaborações sobre *Racismo Estrutural*, perspectiva desenvolvida nos estudos raciais nos Estados Unidos e que encontra semelhanças com o caso brasileiro, nas ideias e teorias presentes no ativismo negro de Clóvis Moura e Lélia Gonzalez. Sem evidências de um diálogo direto, a convergência entre tais teorias, em hipótese, parte da metodologia histórico-estrutural, refletindo a estreita relação entre a colonialidade e a racialidade com o surgimento do capitalismo e da modernidade. Essa rede conceitual fortalece a construção de um conhecimento integrado e um diálogo fecundo com a teoria crítica latino-americana e a tradição negra radical brasileira.

Palavras-chave: colonialidade; racialidade; tradição negra radical.

(De)coloniality and the radical black tradition in Brazil: a possible dialogue?

Abstract
The particular social formations of Latin American present differences and similarities in the racialization process of subaltern groups, whether indigenous, black or non-white. These social classification phenomena based on the idea of *race*, in colonized societies, were theorized by diverse intellectuals in the subcontinent, whether linked to left-wing militancy, social movements and decolonial epistemologies. The possible inferences between the concepts of *Coloniality of Power* of Aníbal Quijano and the elaborations about *Structural Racism*, a perspective developed in racial studies in the United States which finds similarities with the brazilian case, among the ideas and theories shown in the black activism of Clóvis Moura and Lélia Gonzalez. Without evidence of a concrete dialogue, the convergence between these theories is, hypothetically, part of the historical-structural methodology, reflecting the close relation between coloniality and raciality with the arising of capitalism and modernity. This conceptual net strengthens the construction of an integrated knowledge and a fruitful dialogue with Latin American critical theory and the Brazilian radical black tradition.

Keywords: coloniality; raciality; radical black tradition.

[1] Uma primeira versão deste artigo foi publicada originalmente pela Editora Routledge na coletânea *Aníbal Quijano Dissidences and Crossroads of Latin American Critical Theory*, organizada por Deni Rubbo, com o título *Among the Tissures of Raciality: Comparisons Between the Coloniality of Power and Structural Racism* (Aguiar, 2024). Trata-se, contudo, de uma versão inédita, revista e ampliada.

Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 17, n. 45, e0101, nov. 2025

Introdução

Para os que almejam contribuir com a Teoria Crítica da América Latina, há uma tarefa fundamental: debruçar-se sobre a história dos conceitos que emergem de nossa intelectualidade coletiva e que manifestam a centralidade das lutas políticas de época. A partir da influência de Bolívar, Martí e do ideário de *Pátria Grande* enquanto perspectiva integradora dos povos latino-americanos, pode-se encontrar, entre os intérpretes do subcontinente, momentos de diálogo entre o passado compartilhado e os fenômenos que atravessam a formação social, salvaguardando as particularidades de cada país. Ainda, há que se destacar, entre essas particularidades, os efeitos da colonização e da escravidão em um sentido ontológico capitalista e moderno.

Neste sentido, são marcantes, por exemplo, alguns períodos fundamentais de resistências e intercâmbio de ideias. Destaca-se a Revolução Mexicana, em 1910, que enfatizou o resgate e a difusão de uma identidade latino-americana em virtude da ameaça intervencionista representada pelos EUA. Sobre esse evento, importante ressaltar o papel do campesinato enquanto sujeito político do processo revolucionário, marcado pelo caráter agrarista, que desencadeou mudanças na América Hispânica, inclusive quanto ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Também é relevante a recepção do marxismo e a organização dos Partidos Comunistas nas décadas de 1920 e 1930, que se irradia por todo continente, promovendo reflexões sobre a forma de organização da sociedade e suas respectivas questões nacionais. Neste momento, temas como a crítica ao eurocentrismo, nacionalismo, campesinato, desenvolvimento desigual e a questão relacional entre classe e raça apareciam fortemente na agenda de discussões. Por outro prisma, a partir de 1949, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL assume a coordenação de ações que visam promover e reforçar as relações econômicas dos países latino-americano e caribenhos com outras nações do mundo, inaugurando também a “escola cepalina de pensamento” (Poletto, 1999).

Dez anos depois, a Revolução Cubana (1959) irrompe e merece fundamental ênfase, pois, além de ter desmantelado as intenções estadunidenses, desfazendo sua estratégica "Aliança para o Progresso", desdobrou-se numa referência para esquerdas latino-americanas, aglutinando uma intelectualidade num sentido mais amplo do termo, abrangendo as artes, a literatura, a organização política, sendo de fato um espaço de encontros.

Na esteira dessa reflexão, os exílios, forçados pelas Ditaduras Militares que avassalaram diversos países da América Latina, também representaram espaços de trocas de experiências, de continuidade e desenvolvimento de pensamentos e teorias marcantes para a análise e interpretações da nossa realidade, como o subdesenvolvimento, a dependência, a educação emancipatória e a democracia.

Contemporaneamente, são relevantes as mudanças políticas dos últimos trinta anos, que trouxeram novamente à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina, quando governos e movimentos sociais formavam uma alternativa política às estruturas de poder vivenciadas desde a terceira onda democrática em meados da década de 1980, buscando recuperar uma aproximação entre Sociedade Civil e Estado[2]. Essas mudanças propiciaram o surgimento de novas epistemologias e perspectivas críticas em torno das interpretações sobre o subcontinente, questionando os distintos prismas de dominação em sociedades de desenvolvimento desigual e fomentando um debate vigoroso em torno não só da desigualdade, mas também da diversidade/multiculturalidade, sobretudo com as intersecções entre classe e raça – além do gênero e outras identidades.

A problematização das realidades sociais atravessadas pela colonização, escravidão e outros tipos de subalternidades através da análise das realidades nacionais passou a fazer parte das agendas de pesquisa novamente, com o grupo de investigação Modernidade/Colonialidade (doravante MC), na década de 1990 em diante. O grupo MC, atravessado por uma heterogeneidade disciplinar, geracional, de abordagens teóricas, e, principalmente de distintas conclusões

[2] Sobre o tema, conferir coletânea "Estado, governos 'pós-neoliberais' e luta de classes na América Latina: a agonia dos atalhos nos caminhos da mudança social", organizada por Danilla Aguiar e Gonzalo Rojas (2019).

políticas, estabelece debates que partem do argumento de resistência ao ocidental-centrismo, ampliando a discussão sobre as formas atuais de colonialidade e racialidade. A partir desta reflexão, a elaboração do sociólogo peruano Aníbal Quijano sobre a *Colonialidade do Poder* parece revelar, em hipótese, o elemento teórico aglutinador da agenda de investigação decolonial.

As particulares formações sociais da América Latina apresentam diferenças e semelhanças no processo de racialização de grupos subalternizados, sejam indígenas, negros ou não-brancos. Esses fenômenos de classificação social baseados na ideia de *raça*, em sociedades colonizadas, foram teorizados por diversos intelectuais do subcontinente, sejam ligados à militância de esquerda, aos movimentos sociais e, mais recentemente, também às epistemologias decoloniais. Essas reações intelectuais e políticas à concepção dominante de modernidade, abriram possibilidades para outras contribuições e interpretações até então "obscuras", para além do modelo ocidental.

Neste artigo, objetivamos contribuir com a agenda de pesquisa já indicada fundamentalmente na obra *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, organizada por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel. Logo na introdução, os autores lançam um novo prisma de pesquisa como um "convite a intelectuais/ativistas negros(as) brasileiros(as)" ao apontarem as diversas possibilidades e, ainda, a necessidade de aproximarmos as imensas contribuições do mundo afrodiaspórico com o projeto contemporâneo decolonial (Bernardino-Costa *et al.*, 2020, p. 18). Os autores acertadamente indicam que há uma ligação orgânica entre as perspectivas afrocentradas e decoloniais a partir do despertar para o entendimento amplo sobre decolonialidade como um projeto político-epistêmico – não restrito à academia, inclusive – maior do que o grupo MC. A decolonialidade é apresentada não só como crítica teórica, mas como projeto político e ético de desmantelamento das hierarquias coloniais e de qualificação de outras autorias negras da realidade afro-latino-americana e caribenha. Ao chamar atenção para esse alargamento, os autores reconstituem uma leitura crítica daquilo que se entende por *saber*, incluindo, em consonância com as agendas de movimentos sociais negros e políticas afirmativas no campo nacional, as contribuições dos intérpretes negros do Brasil. Ao ampliar o giro

decolonial, alcançamos sua evidente proximidade com a longa tradição de pensamento crítico negro e, ainda, elevamos sua dimensão política.

Encarar esse "convite" resultou na hipótese desenvolvida no presente artigo, e, com esse pano de fundo, propomos um diálogo entre Aníbal Quijano (2005) e a colonialidade do poder e as elaborações sobre o processo de racialização no Brasil, com ênfase em alguns intelectuais do Movimento Negro a partir do conceito de *Racismo Estrutural*. Essa perspectiva desenvolvida nos estudos raciais estadunidenses também encontra semelhanças com o caso brasileiro, como podemos perceber nas ideias e teorias presentes no ativismo negro de Clóvis Moura (2019, 2023) e Lélia Gonzalez (2020). Sem evidências de um diálogo direto, as possibilidades inferenciais e de convergência entre tais teorias, em hipótese, partem essencialmente da metodologia histórico-estrutural utilizada para tais elaborações, refletindo a estreita relação entre a colonialidade e a racialidade como "princípios organizadores e constitutivos" do surgimento do modo de produção capitalista e da modernidade (Quijano, 2005).

A historicidade conferida ao processo de construção dessas teorias traz a ideia de raça e racismo como centrais e, sem dúvidas, há um ativismo intelectual negro e anticolonial que já vinha realizando esse percurso metodológico da colonialidade. A síntese quijaniana, alinhada à teoria da dependência, da heterogeneidade estrutural e do sistema-mundo apresenta, mais uma vez, a centralidade da questão étnico-racial latino-americana e suas consequências nas relações socias, nas subjetividades e no mundo do trabalho. Não se trata, portanto, de especular sobre pioneirismo, mas de cotejar teorias e projeções de distintos contextos políticos e geográficos que apresentam maneiras semelhantes de análise.

Entendemos que essas redes teórico-políticas coletivas – decolonialidade e racialidade em perspectiva estrutural – fortalecem a construção de um conhecimento integrado e um diálogo fecundo com a teoria crítica latino-americana e a tradição negra radical brasileira.

América Latina: circulação de ideias, intelectuais e conceitos

No contexto pós-ditadura, no Brasil, a circulação de ideias e conceitos advindos do pensamento social latino-americano encontrou considerável resistência em termos de influência na teoria social. A rasa difusão de obras em português de autoras e autores brasileiros reconhecidos em outros países no mundo – incluindo os de língua espanhola – comprova que, em termos de formação intelectual crítica, muitas vezes permanecemos apartados dos debates que movimentam o subcontinente. Neste sentido, se faz fundamental o estudo das formações econômico-sociais, que, no modo de produção capitalista, ganham formas determinadas, concretas e históricas em cada sociedade, condicionando em geral "o processo da vida social, política e intelectual" (Marx, 2003, p. 47).

Para o marxismo, a base de qualquer formação econômico-social é o modo de produção, um conceito perpassado por uma diversidade terminológica, principalmente nos momentos em que o próprio Marx o utilizou em suas obras ou a partir do termo "formação social", "formação da sociedade", "formas econômicas da sociedade", assinalando as diferentes relações de produção que se articulam sob a hegemonia de uma dessas. Ou seja, a forma como o modo de produção capitalista atua em cada conjuntura nacional/local específica e como se manifesta a partir das diferentes relações de produção[3]. São ideias e conceitos que contribuem para a compreensão da realidade, amparados na história, na perspectiva da totalidade e também nas relações de força entre as classes e grupos subalternos, uma teoria-práxis materialista.

Baseado nesse critério histórico-metodológico, entende-se que os momentos históricos de crise também produzem renovações no campo dos conceitos e das epistemologias. Nos eventos de ruptura, podemos perceber que novas teorias atuam como fontes de interpretação da realidade social. No subcontinente latino-americano não passamos por grandes guerras enquanto eventos de ruptura, mas, nas ditaduras, e, contemporaneamente, com a crise do neoliberalismo em que a luta por hegemonia entre dois projetos de poder figuram

[3] Na América Latina, a economia capitalista atua junto às formas de produção pré-capitalistas com setores mais desenvolvidos, se expressando no desenvolvimento desigual e combinado.

mais abertamente, observou-se, junto à luta de classes, uma luta teórica (Althusser; Ballibar, 1969). Com esse objetivo, de luta filosófica como parte da disputa entre as classes antagônicas, se apresentam ideias e conceitos que estimulam outras alternativas de organização social.

Segundo Reinhart Koselleck (2020), historiador alemão, os conceitos têm, cada qual, suas próprias histórias, se remetendo em maior ou menor medida à realidade – visto que esta última se transforma numa velocidade maior do que as estruturas semânticas. Partindo ainda de seu argumento metodológico, em hipótese, os conceitos aqui analisados estão se projetando no tempo e no espaço, a partir do momento em que estão enunciando experiências, numa conjuntura de mudança epistemológica, e também de disputas. São, portanto, enunciações coletivas de uma época de crise e de mudanças sociais, mesmo que ainda denunciem estruturas de dominação que se pretendem superar, como é o caso da classificação racial enquanto uma hierarquização do sistema-mundo capitalista.

Interessa-nos destacar as contribuições teóricas influentes para pensar o processo de racialização da América Latina, destacando as chagas sociais da colonização e escravização em uma dimensão histórico-estrutural. Nas últimas décadas, fundamentalmente com a agenda de pesquisa decolonial, vemos uma recuperação do pensamento crítico latino-americano e caribenho em diálogo com a nossa realidade estrutural. No caso brasileiro, há recepção tardia da perspectiva decolonial refletindo um momento de necessária rearticulação de saberes de grupos historicamente subalternizados. E, neste sentido, as políticas antirracistas das primeiras décadas dos anos 2000, sobretudo as leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação[4], operaram uma mudança no entendimento das contribuições de criadores indígenas e negro(a)s para o país. Também se destaca a ausência de autores brasileiros na agenda de pesquisa do Grupo MC. Neste sentido, nos perguntamos, sobre as contribuições

[4] A lei 10.639/03 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", enquanto a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna obrigatório também o estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio (Brasil, 2003).

de autoria brasileira na crítica ao modelo eurocentrado de sociedade, em sua materialidade e subjetividade. E encontramos, na esteira dessa reflexão, autores fundamentais que dialogaram com a leitura da sociedade brasileira, com as suas chagas sociais e a necessidade de transformação da sociedade capitalista na tradição radical negra.

É preciso ressaltar, na esteira dessa reflexão, que alguns intelectuais historicamente ligados ao movimento negro brasileiro foram responsáveis por evidenciar as especificidades do "nosso" racismo desde a sua forma "individual" até o "institucional" e "estrutural", entendendo-o, nesta última análise, como aspecto central das estruturas sociais e da própria construção da narrativa histórica hegemônica. É relevante pontuar que os conceitos de *Colonialidade do Poder* e *Racismo Estrutural* possuem objetivos teórico-epistemológicos – apreendendo a constituição subjetiva da raça no atual modo de produção –, e também políticos, tendo como horizonte a transformação social.

A raça, no sentido político do termo (Gomes, 2017) – como proposto pelo movimento negro brasileiro –, é questão central que estrutura não só as relações cotidianas, mas também as desigualdades sociais, e estabelece ainda o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, marcado por um processo de colonialidade e classificação racial. A questão racial aparece como ponto nevrálgico que formata as características essenciais da cultura, das sociabilidades e das instituições, perpassando relações fundantes da sociedade (Portela Jr.; Veras, 2015).

Aníbal Quijano e a Colonialidade do Poder

Um dos mais destacados sociólogos latino-americanos, Quijano (1928-2018) propõe o debate sobre a raça enquanto perspectiva fundante de uma classificação social na América latina. Observando o movimento da realidade social e o protagonismo das lutas do movimento indígena peruano junto à classe trabalhadora, discutiu, em seu período de maturidade intelectual, uma dimensão específica do capitalismo global, uma forma de organização política que chamou de *Colonialidade do Poder*. Essa relação social advertida por Quijano confere um salto qualitativo ao entendimento da particularidade do racismo atrelado ao

capital, colaborando com uma leitura estrutural sobre o capitalismo na América Latina. O racismo assumiria, em nossa formação social, uma face da alienação e esta, mesmo partindo de base material, ramifica-se em finalidades ideológicas, políticas e culturais de classificação e hierarquização.

A colonialidade significaria a legitimação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, amparada na divisão racial do trabalho (Quijano, 2005). Quijano desenvolve sua principal ferramenta teórica durante um período de distanciamento do marxismo, sem perder, contudo, a chave crítica ao idealismo e a valorização das formas concretas de leitura da sociedade para a produção das ideias. Sua perspectiva toma fôlego no final da década de 1990 e início dos anos 2000, sendo marcante a publicação da coletânea organizada por Edgardo Lander, pelo CLACSO, de título *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*.

Nesta que é, até os dias atuais, uma das obras mais acessadas da plataforma, Quijano apresenta o artigo "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina", indicando uma sistematização de seu desenvolvimento teórico sobre colonialidade, uma forma de legitimação da dominação típica da América Latina em que a relação capital-trabalho se potencializa no sentido da exploração pela raça – entendida como uma racionalidade específica do pensamento eurocêntrico – sem descurar a análise das diferenças de classes. Anuncia, então, sua dupla aspiração: denunciar a continuidade das formas coloniais de dominação via produção do conhecimento e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial; e por outro lado, a necessidade da atualização desse debate, que prolonga processos que teriam sido superados na modernidade (Quijano, 2005). Vai além da análise do colonialismo e se nutre de discussões anteriores, como as já citadas teoria Sistema-Mundo e teoria da dependência, a partir de uma perspectiva histórico estrutural, trazendo um debate acertado sobre a distinta ontologia do racismo após o processo de colonização e toda sua constituição de subjetividade fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, tratando-se de "critério fundamental para a

distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade" (Quijano, 2005, p. 118).

Não é demais ressaltar que neste momento de impacto das ideias de Quijano, vivia-se um período em que novamente um diálogo entre intelectuais no continente era (re)estabelecido, numa espécie de retomada da integração dos povos latino-americanos. Um período de aprofundamento de luta de classes em diferentes ordens, impulsionado pelas mudanças políticas ocasionadas pelo rechaço ao neoliberalismo pelos movimentos sociais – sendo marcantes as lutas por nacionalizações dos recursos naturais e aprofundamento da democracia – e pela onda de governos nacional-populares que emergia na América Latina[5].

A relação dialética centro-periferia reconhecida por Quijano é o eixo de sua crítica radical ao ocidental-centrismo, conferindo ao peruano a inserção no que se chama de contra-hegemonia nas Ciências Sociais. Certamente, ter como objeto de estudo a totalidade social, com as mudanças no "terceiro mundo" e a investigação de uma racionalidade alternativa contribuiu para que as ideias de Quijano fossem lidas também em diálogo com a perspectiva radical (Quijano, 1965). Contudo, podemos indicar limites em suas reflexões a partir da ênfase em um aspecto "homogeneizante" do marxismo, por exemplo, no qual percebemos em sua leitura a ausência do reconhecimento de um sujeito social da transformação e emancipação em sua crítica à civilização ocidental (Quijano, 2000). Essa ausência indica que o antagonismo entre capitalismo e socialismo não figura de forma aparente em suas conclusões políticas, embora seu diálogo com o marxismo seja claro, como podemos vislumbrar, por exemplo, em sua interlocução com José Carlos Mariátegui, este sim, um marxista "convicto e confesso".

Quijano compreende as particularidades do marxismo criativo de Mariátegui e sua proposta teórica de uma racionalidade alternativa àquela dominante no Ocidente. Assim como a forma que o seu conterrâneo atentava para as especificidades das lutas de classes no Peru, o problema da terra e do

[5] Como o caso de Hugo Chávez, na Venezuela (1998), Evo Morales, na Bolívia (2005), Rafael Correa, no Equador (2006), os primeiros governos de Lula da Silva, no Brasil (2002 e 2006) e da Argentina, com os Kirschner (2003).

latifúndio associados a uma suposta "inferioridade" indígena-racial que não desaparece com a independência formal dos Estados e o processo forjado de independência. Esse é um importante ponto de partida para a obra de Quijano, o traço material da questão étnico-racial. Os dois peruanos compartilham o entendimento do racismo enquanto relação social que se estrutura política e economicamente e que não pode ser resolvida no capitalismo.

Observam, ainda, a dimensão subjetiva das novas identidades históricas configuradas pelo racismo. Essas novas identidades, associadas à exploração nas relações de produção, formam a outra cara do "poder contemporâneo", na leitura de Quijano (2014, p. 766). Essas identidades racializadas ou não

> [...] se modulan y se condicionan recíprocamente con estas relaciones; pero no son sus consecuencias, derivaciones, reflejos o superestructuras. Y no se identifican, ni se fundan, ni se agotan en ellas (Quijano, 2014, p. 766-767).

Com esse argumento, o autor se aproxima de uma leitura não determinista ou economicista do marxismo, destacando as dimensões simbólicas e materiais de reprodução da vida e da desigualdade.

Teoria estrutural do racismo e as contribuições do ativismo negro brasileiro

Na Teoria Social, o tema da desigualdade é questão amplamente discutida por diversas correntes de intelectuais que se propuseram a pensar os impactos da organização mundial do trabalho em países da periferia. Contudo, não há como compreender a formação econômico-social desses países, como o Brasil, sua estrutura, suas instituições, sem pensar no modo como as relações raciais e étnicas se conformaram ao longo do tempo, como impactam na nossa desigualdade.

A tradição marxista compreende estrutura como categoria analítica aplicada a uma formação social, resultante de processos históricos que definem o desenho das instituições, das classes sociais e das agências dos sujeitos. Muito mais do que uma formalidade institucionalizada, estrutura é a base sobre a qual se constituem e organizam a vida política, econômica, cultural e intersubjetiva numa dada sociedade. Tudo isso diante do capitalismo enquanto sistema no qual

a raça não é apenas um resquício da prática escravista, mas um componente na divisão do trabalho. Como bem indicou o sociólogo Eduardo Bonilla-Silva:

> Quando a raça surgiu na história da humanidade, ela formou uma estrutura social (um sistema social racializado) que concedia privilégios sistêmicos aos europeus (os povos que se tornaram "brancos") em detrimento dos não europeus (os povos que se tornaram "não brancos"). Os sistemas sociais racializados ou a supremacia branca, em suma, tornaram-se globais e afetaram todas as sociedades às quais os europeus estenderam seu alcance. Concebo, pois, a estrutura racial de uma sociedade como *a totalidade das relações e práticas sociais que reforça o privilégio branco* (Bonilla-Silva, 2020, p. 33).

Ao contribuir com uma longa tradição de autoria negra, e com sua elaboração sobre "sistemas sociais racializados", Bonilla-Silva objetiva entender o deslocamento do racismo das ideologias para as estruturas. Essa redução do racismo para as ideologias produziu, no caso estadunidense, uma interpretação equivocada porque se compreendia que a partir do momento em que não existissem mais as leis segregacionistas, não haveria mais racismo nos EUA. O autor anuncia que essa é uma visão idealista porque ignora os resultados de uma sociedade racializada, produzida subjetiva e materialmente por décadas, e que pavimentou o lugar de subalternidade da população negra (Bonilla-Silva, 1997). Nesse e em outros ensaios, indica a necessidade de se avançar na leitura do racismo de maneira profunda, enquanto uma categoria analítica central para a compreensão da estrutura das sociedades, para além de um conjunto de ideias que se realizariam individualmente (Bonilla-Silva, 1997, 2020). Mesmo pensando a sociedade norte-americana e toda sua particularidade em relação às políticas de segregação racial, as ideias do sociólogo refletiram e se alinharam a muitos dos estudos sobre relações raciais no Brasil, por permitir uma análise dos mecanismos de acesso a poder e privilégios baseados na raça, que sustentam a sociedade desigual. Assim, o autor chama atenção para uma visão sistêmica do racismo, sem perder de vista a agência dos indivíduos.

No contexto brasileiro, quando se enfatiza a necessidade de avançar no estudo e no combate do racismo a partir do prisma estrutural – tendo como base as perspectivas histórico-sociais, econômicas e políticas – se confere destaque ao "racismo à brasileira", termo cunhado por 1996 para indicar que, no Brasil,

racismo é um crime perfeito, silenciado, onde ninguém se assume abertamente racista (Munanga, 1996 *apud* Schwarcz; Queiroz, 1996). Para Munanga (1996 *apud* Schwarcz; Queiroz, 1996, p. 226), "esse silêncio não permite aos membros das comunidades oprimidas tomar consciência", consciência de sua contribuição na cultura, na história, na economia, na própria formação da sociedade. E, por outro lado, sustenta o mito da democracia racial enquanto falácia de uma sociedade de iguais oportunidades, em termos liberal-burgueses. Esse mito, seria, pois, nossa segregação.

A recuperação de uma identidade, o reconhecimento, muito do que se produz hoje na área das relações étnico-raciais, em perspectiva crítica e emancipatória não teria sido possível de ser construído sem a luta do movimento negro "em suas diversas formas de expressão e de organização" (Gomes, 2017, p. 10). O legado pedagógico do movimento negro também nos ensina que racismo é relação social, que se estrutura política e economicamente na nossa sociedade.

Autores fundamentais e ainda pouco difundidos no pensamento social latino-americano, intelectuais forjados no movimento social negro, também apresentam em suas obras a ênfase das contribuições da população negra para o Brasil. Ao destacarem a criatividade e a resistência dos negros, capturados pelos sistemas de opressão em sociedade de capitalismo dependente, esses autores realizam uma leitura semelhante a de Quijano ao conferirem à categoria raça um sentido moderno de hierarquização.

O Movimento Negro Unificado é um ator decisivo, também, na desmistificação da democracia racial brasileira. Com sua estratégia de reintroduzir a ideia de raça como elemento unificador e coletivo – e não mais de inferiorização – reivindica a politização desse termo que passa a ser um signo coletivo de identidade diaspórica. Abre-se, assim, a possibilidade de se quebrar um ciclo de alienação sobre a história integral.

Desde o Teatro Experimental do Negro, com a marcante figura de Abdias do Nascimento, se discutiu a formação global das pessoas negras, com o objetivo de abalar "as estruturas mentais do negro" e indicar a necessidade de políticas públicas que combatessem o embranquecimento cultural enquanto estratégia de genocídio (Nascimento, 2016). Essa preocupação foi terreno fértil para que se

desenvolvessem as primeiras propostas de ação afirmativas para a educação no Brasil. Para Abdias, o sistema educacional e as formas de comunicação em massa se constituem como instrumentos fundamentais nessa reprodução de estranhamento e apagamento, estratégias reforçadas inclusive pelos cânones das Ciências Sociais. São estratégias revisitadas a partir da colonialidade do poder e do saber.

O ativismo negro no Brasil busca constantemente pelo protagonismo negro num país de brutal herança escravista, de capitalismo tardio, e apresenta, em suas táticas, a crítica a uma intelectualidade racista, de caráter antecipadamente decolonial e em diálogo com uma tradição radical negra que combina a luta antirracista e anticapitalista.

Tradição negra radical no Brasil e a crítica ao imperialismo

São inúmeras as contribuições teóricas da tradição crítica afro-latino-caribenha, que interpretaram a realidade social da América Latina, Central e Caribe, enfatizando a ligação orgânica entre colonialismo, racismo e capitalismo. Eric Willians, Cedric Robinson, C. L. R. James, Oliver Cox, George Padmore, os brasileiros Clóvis Moura e Lélia Gonzalez, entre tantos outros a serem mais (re)conhecidos. Evidenciaram a importância de compreender como o legado colonial e a lógica capitalista continuam a perpetuar desigualdades raciais e de classe no Brasil e na região.

Neste ínterim, apresentamos elaborações de Gonzalez e Moura, que em perspectiva histórico-crítica, nos trazem estratégias de enfrentamento ao capitalismo, racismo e sexismo com propostas de auto-organização coletivas e disputa de hegemonia pela população racializada do país. Os autores aqui destacados contribuem com uma leitura estrutural do racismo a partir do entendimento de sua origem e seu caráter colonial, profundamente críticos às narrativas eurocêntricas – que marginalizam ou distorcem as contribuições afrodiaspóricas. Sua práxis-teórica emerge das experiências históricas, culturais e políticas das populações afro-americanas na América Latina e no Caribe. Essa tradição é caracterizada por reflexões sobre a resistência ao colonialismo, à escravidão, ao racismo e às formas contemporâneas de opressão, buscando

valorizar as contribuições africanas e suas diásporas na reconstrução das sociedades latino-americanas e caribenhas e na disputa por uma outra hegemonia.

Em meados da década de 1970, Lélia Gonzalez já estava produzindo interpretações do Brasil em contraponto ao mito da democracia racial, em diálogo com a formação social latino-americana, pensando inclusive estratégias de emancipação. Apresentou de que maneira raça e gênero atuaram como alicerces do poder colonial para o desenvolvimento do capitalismo. Desenvolveu a categoria político-cultural de *amefricanidade*, como uma crítica duríssima ao imperialismo, uma ferramenta para pensar epistemologicamente a dinâmica particularmente nacional, fundamental para pensar a luta de classes no Brasil.

Em Discurso na Constituinte, destacou a preocupação e necessidade de "construção de um projeto de nação, porque um povo que desconhece a sua própria história, a sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo" (Gonzalez, 2020, p. 236). Em sua longa produção, Gonzalez se preocupou em desvendar as interseções entre raça, classe e gênero e, ainda, entender como o racismo faz parte do indivíduo brasileiro enquanto uma "neurose cultural", que não é explícita, mas é pontuada na dinâmica das relações. Esse lugar de poder nas relações também é estabelecido, para a autora, via patriarcado. Busca então, entender, de que maneira raça e gênero atuaram como alicerces do poder colonial para o desenvolvimento do capitalismo. Dialogou muito diretamente com a psicanálise lacaniana nesta sua elaboração sobre como essa neurose vai se enraizar dentro das relações e criar o que hoje entende-se como racismo estrutural. Essa neurose, para Lélia, é o real significado do mito de democracia racial, pois, em suas palavras "sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalcamento" (Gonzalez, 1984, p. 232).

Entranhado na estrutura social e política, nosso racismo disfarçado não permite que as pessoas negras acessem outros lugares e, decisivamente, essa neurose também está no inconsciente das pessoas no Brasil, forjada no seio da sociedade patriarcal. A autora destaca também que as figuras de poder estão

localizadas nos indivíduos brancos, do sexo masculino e de origem europeia. Um processo de continuidade da sociedade escravocrata, marcada pelo senhor de engenho, de escravos. Não há uma superação completa dos impactos sócio-históricos e econômicos da escravidão e, hoje, as consequências são extermínio, encarceramento e desemprego em massa da população negra.

Gonzalez também confere destaque ao entendimento das especificidades do capitalismo no contexto dependente, com influência do teórico cepalino José Nun, pioneiro nos estudos sobre "massa marginal", um conceito que denominaria a parcela excedente da população que não constitui relações funcionais com o sistema produtivo, a fim de compreender o contexto histórico atual (Nun, 2003). Daí formula seu argumento que a população negra ocupa esse lugar marginal na divisão racial do trabalho e a percepção de que as desigualdades sociais eram perfeitamente compatíveis com o capitalismo moderno (Gonzalez, 2020). Nun, intelectual argentino, assim como parte da teoria marxista da dependência, também influencia a obra de Quijano (1973).

A autora, que é uma das pioneiras do feminismo negro no Brasil, nos demonstra que essa corrente no país já nasce com a marca da ruptura epistemológica, além de observar o intercruzamento de chagas de opressões com base na experiência da mulher negra, exemplo limite da subalternização na sociedade. Adianta, neste sentido, instrumentos metodológicos do debate decolonial e interseccional, antes mesmo dessas expressões conceituais aparecerem na academia.

Clóvis Moura, em perspectiva crítica semelhante ao tratar da constituição da nação brasileira, deu ênfase aos aspectos de luta e resistência da população negra. O Quilombo dos Palmares, por exemplo, é apresentado pelo autor enquanto uma "sofisticada experiência política" opositora ao regime colonial (Farias, 2021, p. 41). Na sua leitura marxista, a escravidão seria um regime atrelado à expansão comercial, consequência do primeiro estágio do capitalismo, o mercantilismo (Moura, 2019). Assemelha-se à leitura de Quijano quando o peruano realiza denúncia do racismo enquanto um constructo e produto da colonização, como parte da assim chamada acumulação primitiva.

Moura elaborou uma teoria social do negro brasileiro, mergulhando na interpretação do Brasil tendo como chave a população negra. Para o autor, a mão de obra escravizada foi responsável por construir o país. Mas, sobre esse tema, há um erro fundamental nos estudos sobre o negro brasileiro, nos estudos paulistas, que, para o autor, congelaram o negro na escravidão. E isso é o que propaga o negro acorrentado, derrotado, procrastinado, um negro que seria uma criação acadêmica, visto que a população negra também ensaiou importantes lutas no país. Essa é sua crítica e contribuição epistemológica: une a resistência negra à História do Brasil, à formação social do Brasil. Supera qualitativamente a história econômica e a sociologia do negro produzida pela escola de São Paulo.

Nas práticas de rebeldia do negro, busca o sujeito histórico de transformação da sociedade brasileira, a partir de uma crítica ao capitalismo. E, as "classes senhoriais" sempre viram nessa participação negra um grande "perigo social" (Moura, 2023, p. 78). Neste sentido, era preciso mantê-los como massa de manobra, uma grande "massa negra" que ocupa favelas, cortiços, calçadas; são os desempregados, domésticas, alcoólatras diante dos "padrões e normas do capitalismo dependente":

> Essa grande massa negra – repetimos –, barrada socialmente de forma sistemática, através de inúmeros mecanismos e subterfúgios estratégicos, colocada como o rescaldo de uma sociedade que já tem grandes franjas marginalizadas em consequência da sua estrutura de capitalismo dependente, é rejeitada e estigmatizada, inclusive por alguns grupos da classe média negra que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade consciência étnica, finalmente não a aceitam como o centro nevrálgico do dilema racial no Brasil e, com isso, reproduzem uma ideologia que justifica vê-la como periférica, como o negativo do próprio problema do negro (Moura, 2019, p. 31).

É preciso perceber como esses autores e autoras proporcionaram uma caracterização do racismo para além de um comportamento individual ou de um fenômeno patológico, primeiro com as elaborações sobre racismo institucional, como resultado e propósito do funcionamento das instituições, que se estabelece através de dinâmicas de privilégio ou desvantagens baseadas na raça, crítica à sociedade capitalista, avançou-se, por conseguinte, na elaboração do chamado racismo estrutural.

Assim como fez Quijano com sua leitura sobre a nova geografia do poder, o novo padrão de poder baseado na colonialidade e, consequentemente, na racialidade, conferiu esta ligação orgânica com as instituições. Vajamos, com suas palavras:

> [...] cada uma dessas estruturas de cada âmbito de existência social, está sob a hegemonia de uma instituição produzida dentro do processo de formação e desenvolvimento deste mesmo padrão de poder. Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 241).

O padrão colonial de poder baseado no critério racial e amparado pelas instituições é objeto de investigação de Quijano. Vemos que há uma proximidade do entendimento do conceito de racismo estrutural, que parte da ideia de que o racismo não é apenas resultado de preconceitos individuais ou atitudes discriminatórias, mas sim um princípio organizador das instituições e estruturas sociais. Ele está entranhado no funcionamento cotidiano do Estado, do mercado e da vida social, reproduzindo desigualdades raciais de forma sistemática. Mais ainda, o racismo está enraizado no processo de formação dos Estados Nacionais Modernos, sobretudo na América Latina.

No caso brasileiro, o reconhecimento das desigualdades raciais pelo Estado é resultado de pressões dos movimentos negros, que também acontecem num plano muito recente, que ganha popularidade, primeiro, na década de 1990 com a Marcha de Zumbi em Brasília quando o Estado brasileiro assume pela primeira vez a existência do racismo no país. Posteriormente, nas primeiras décadas dos anos 2000, temos o avanço das políticas públicas antirracistas e, não menos importante, a divulgação das elaborações conceituais desses intelectuais e militantes.

Estas elaborações conferiram ao aspecto racial uma análise enquanto elemento essencialmente político, sendo fundamental para o refinamento conceitual de racismo “condicionado a uma estrutura social previamente existente” (Almeida, 2021, p. 47). Com a contribuição desses percursos conceituais e metodológicos, evidencia-se a necessidade de estudar o racismo enquanto

relação social que participa da estrutura da sociedade, um processo político e histórico, que envolve também nossa subjetividade. Ou seja, as leituras de racismo institucional e racismo estrutural permitem que a crítica "se volte ao sistema que produz os sujeitos raciais e, com eles, a desigualdade" (Almeida, 2021 *apud* Bonilla-Silva, 2020, p. 13).

Os intérpretes do Brasil aqui elencados apresentam discussões das relações entre a estrutura de classes, a estratificação social, a evolução das desigualdades raciais no Brasil, mobilidade social e raça na reprodução da sociedade capitalista, exercício teórico metodológico que nos parece fundamental. Em última instância, esses intelectuais apontaram a natureza dos processos – seja por meio da violência física, epistemológica, através dos aparelhos ideológicos – que subtraíram a população negra da nação brasileira. Mais ainda: denunciaram a ausência de um projeto popular de nação e de uma democracia efetiva.

Breves conclusões: a relação orgânica entre capitalismo e racismo

O processo de constituição do racismo na América Latina está organicamente vinculado à exploração e subordinação da força de trabalho pelo colonialismo e, mais recentemente, ao imperialismo, mas tampouco se resume ou se esgota neles. É também estrutura simbólica que se materializa em um sistema mundializado, dividido entre centro e periferias. A racialização é entendida, na esteira dessa reflexão, como parte da modernidade capitalista, assim como a colonialidade.

Em 2025, ano de centenário de Clóvis Moura, do nonagésimo aniversário de Lélia Gonzalez e, passado um quarto de século desde a publicação de *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, de Aníbal Quijano, intencionou-se propor um diálogo entre pensamento social latino-americano e especificidades do caso brasileiro, com destaque para a questão étnico-racial.

Os intelectuais historicamente ligados ao movimento negro aqui destacados, trouxeram para a ordem do dia a discussão sobre a formação econômico-social do Brasil, partindo da presença da população negra enquanto

elemento político fundamental, esmiuçando as características neocoloniais que delegariam uma inferioridade aos povos colonizados, que estariam fadados a uma desorganização política e ao empobrecimento. Entende-se que a categoria raça deve ser lida sempre como relacional e histórica e que esse movimento metodológico foi realizado também na elaboração do conceito de Colonialidade do Poder, que se destaca na disputa pela renovação epistêmica, teórica e política das alternativas dos grupos subalternos frente às tendências de poder capitalista mundial.

Essas tecituras conceituais nos permitem compreender, por exemplo, dentre as nossas particularidades, o modo como as relações raciais e étnicas se conformaram historicamente, impactando em nossa desigualdade. Tais afinidades eletivas nos parecem fundamentais ainda para fortalecer a construção de um conhecimento integrado e fecundo de revitalização da teoria social latino-americana.

As produções de autorias negras, além da agência que representam, ao proporem uma mudança de perspectiva que opõe ser dito, a dizer-se, alteram o cenário de invisibilidade, ausências e sub-qualificação epistemológica, contribuindo com outras perguntas e respostas para a interpretação do país. Em nossa hipótese, o espaço intelectual no qual a produção teórica encontrou uma dinâmica relacionada de fato com nossa formação social, superando alianças burguesas para se pensar uma transformação radical da sociedade, encontra-se fundamentalmente em autoras e autores ligados à luta antirracista articulada à luta anticapitalista.

Referências

AGUIAR, Danilla; Rojas, Gonzalo (org.). **Estado, governos “pós-neoliberais” e luta de classes na América Latina**: a agonia dos atalhos no caminho da mudança social. Campina Grande: EDUFCG, 2019.

AGUIAR, Danilla. Among the tissures of raciality: comparisons between the coloniality of power and structural racism. *In*: RUBBO, Deni Alfaro (ed.). **Aníbal Quijano**: dissidences and crossroads of Latin American critical theory. London: Routledge, 2024. p. 154-167.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALTHUSSER, Louis; BALLIBAR, Étienne. **Para ler o capital**. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1989.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking racism: toward a structural interpretation. **American Sociological Review**, [*s. l.*], v. 62, n. 3, p. 465-480, 1997.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racismo sem racistas**: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Perspectiva, 2020.

FARIAS, Márcio. Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. *In*: ALMEIDA, Silvio (org.). **Marxismo e questão racial**: dossiê Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 38-43.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Anpocs, n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos**: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Livro I. v. 1.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2019.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. *In*: SCHWARCZ Lilia M., QUEIROZ, Renato da S. (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 213-229.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NUN, José. **Marginalidad y exclusión social.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

POLETTO, Dorival Walmor. A Cepal e a América Latina. **Estudos Ibero-Americanos**, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 209-216, 1999.

PORTELA Jr., Aristeu; SOARES, Eliane V. Dilema racial, nação e "brasilidade". *In*: CEPÊDA, Vera; MAZUCATO, Thiago (org.). **Florestan Fernandes, 20 anos depois**: um exercício de memória. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015. p. 159-176.

QUIJANO, Aníbal. Imagen y tareas del sociólogo en la sociedad peruana. **Preparando la Convención de Ciencias Sociales**, Lima, v. 2, p. 134-172, 1965.

QUIJANO, Aníbal. Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización social. *In*: WEFFORT, Francisco y QUIJANO, Aníbal. **Populismo, marginalización y dependencia:** ensayos de interpretación sociológica. San José, Costa Rica: Universidad Centroamericana, 1973. p. 180-213.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y classificación social. **Journal of World-Systems Research**, Pittsburgh, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. "Raza", "etnia" y "nación" en Mariátegui. *In*: QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 757-775.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 17 - Número 45 - Ano 2025
tempoeargumento.faed@udesc.br